



Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales

DADOS DO CANDIDATO

NOME: _____
CPF: _____
ASS.: _____

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 30 questões numeradas de 1 a 30, dispostas da seguinte maneira:
a) as questões de 1 a 10 são relativas à área de Língua Portuguesa.
b) as questões de 11 a 30 são relativas à área de Conhecimentos em Legislação.
2. Confira se o seu CADERNO DE QUESTÕES contém a quantidade de questões e se essas questões estão na ordem mencionada na instrução anterior. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões há 5 opções e apenas uma alternativa correta. Leia cuidadosamente as questões e marque a resposta correta no CARTÃO DE RESPOSTAS.
4. O tempo disponível para fazer a prova é de uma hora e trinta minutos (1h e 30 min). Ao concluí-la entregue o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao Fiscal.
5. Reserve os 15 minutos finais para marcar o CARTÃO DE RESPOSTAS. Os rascunhos e as marcações assinadas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
6. Preencha o CARTÃO DE RESPOSTAS com caneta de tinta azul ou preta. Observe criteriosamente as orientações no CARTÃO DE RESPOSTA e evite descuidados que poderão anular sua(s) resposta(s). Cada candidato tem direito a apenas um CARTÃO DE RESPOSTA.
7. Assine a lista de frequência que será passada pelo Fiscal com assinatura similar ao seu documento de identificação. Mantenha seu documento de identificação sobre a mesa para que o Fiscal possa comparar a similaridade da assinatura realizada no ato da prova.
8. As provas devem ser feitas individualmente e sem consulta. Qualquer tentativa de fraude implicará o cancelamento de sua inscrição.

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 1 e 2

Demanda Hídrica

Muitos países estão passando por situações generalizadas de escassez hídrica e provavelmente terão de lidar com uma menor disponibilidade de águas superficiais a partir de 2050.

O uso da água aumenta em âmbito mundial, em função do crescimento populacional, do desenvolvimento econômico e das mudanças nos padrões de consumo, entre outros fatores.

No período de 2017 a 2050, a população mundial deverá aumentar de 7,7 bilhões para entre 9,4 e 10,2 bilhões, com dois terços vivendo em cidades. Estima-se que mais da metade desse crescimento ocorrerá na África (+ 1,3 bilhão), sendo que a Ásia (+ 0,75 bilhão) deverá ocupar o segundo lugar em termos de crescimento populacional.

O uso da água no mundo aumentou em seis vezes ao longo dos últimos 100 anos e continua crescendo de forma constante, com uma taxa em torno de 1% ao ano.

As captações de água para irrigação foram identificadas como a principal causa da redução dos níveis das águas subterrâneas em todo o mundo. O uso mundial _____, principalmente para a agricultura, atingiu 800 km³/ano em 2010, com a Índia, os Estados Unidos da América (EUA), a China, o Irã e o Paquistão (em ordem decrescente) respondendo por 67% do total de extrações em todo o mundo.

A demanda mundial para a produção agrícola e energética (principalmente alimentos e eletricidade), atividades que envolvem uso intensivo de água, deve crescer por volta de 60% e 80%, respectivamente, até 2025.

(WWAP. United Nations World Water Assessment Programme. Relatório mundial das Nações Unidas sobre desenvolvimento dos recursos hí-

dricos 2018: soluções baseadas na natureza para a gestão da água. Paris, UNESCO, 2018. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002615/261579por.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2018. Com adaptações)

1) Assinale a opção que completa a lacuna no texto de forma a manter a coesão e coerência:

- a) daquelas águas
- b) destas águas
- c) das mesmas
- d) dessas águas
- e) por água

2) Com base nas ideias do texto, assinale a opção correta:

- a) O Paquistão é o país que mais extrai águas subterrâneas no mundo.
- b) O crescimento da população mundial não é um fator preponderante para o aumento do uso da água.
- c) Até 2025, a demanda mundial de água para produção energética deverá aumentar 80% aproximadamente.
- d) Em 2050, cerca de dois terços da população mundial estará vivendo em cidades africanas.
- e) Todos os países terão de lidar com a escassez hídrica a partir de 2050.

3) Leia as frases:

I. De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), 46,2% de toda água retirada para uso

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

no Brasil, é destinada à irrigação.

II. Em 2016, a demanda total de água retirada para irrigação no Brasil era de 969m³/s, ou seja, 969 mil litros por segundo.

III. O abastecimento urbano corresponde a 23,3% de toda água destinada para consumo no Brasil.

Está(ão) correta(s), quanto à pontuação, a(s) frase(s):

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

4) Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas do trecho a seguir, de acordo com a norma-padrão:

O fluxo da água no Brasil pode ser analisado de forma similar _____ ciclo hidrológico em uma bacia hidrográfica, envolvendo tanto _____ águas superficiais quanto _____ águas subterâneas. As principais entradas de água no território correspondem _____ chuva e _____ vazões procedentes de outros países, basicamente na Amazônia. As unidades da federação possuem características distintas quanto _____ quantidade e _____ qualidade das águas superficiais, embora estejam conectadas geograficamente.

- a) o – às – às – à – as – à – a
- b) ao – as – as – a – a – à – a

- c) ao – as – as – à – às – à – à
- d) o – as – às – à – às – à – à
- e) ao – às – às – a – a – a – a

5) Assinale a alternativa que indica a palavra que só pode ser empregada com acento gráfico:

- a) ofício
- b) referência
- c) público
- d) saúde
- e) denúncia

6) Leia as frases:

I. As especificações constantes no edital por si só fornecem informações suficientes do equipamento.

II. A Comissão de Licitação deferiu o pedido, haja visto o exigido no edital.

III. A Comissão Especial de Licitação comunica que não houveram interessados na licitação.

Está(ao) correta(s), quanto à concordância verbal e nominal, a(s) frase(s):

- a) I
- b) II
- c) III
- d) Todas
- e) Nenhuma

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

7) Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas das frases abaixo, de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal:

I. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista _____ a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

II. Os Poderes Executivos poderão editar atos que estabeleçam regras de governança destinadas às suas respectivas empresas públicas e sociedades de economia mista que _____ na hipótese do § 1º do art. 1º da Lei 13.303/2016.

III. Não _____ proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado.

- a) destinam-se – se enquadrem – se admitirá
- b) se destinam – enquadrem-se – se admitirá
- c) destinam-se – se enquadrem – admitir-se-á
- d) se destinam – se enquadrem – admitir-se-á
- e) destinam-se – enquadrem-se – se admitirá

8) Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas das frases abaixo, de acordo com a norma-padrão de regência verbal e nominal:

I. O atraso no pagamento de parcela do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) implica _____ cobrança de multa de 0,33% ao dia até o limite de 20%.

II. Ficam isentos _____ Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) os imóveis cedidos em comodato à Administração Direta e Indireta do

Município de São Paulo, durante o prazo do comodato.

III. A suspensão do registro do devedor não acarreta _____ sua exclusão do Cadin Municipal.

- a) em – do – a
- b) a – do – a
- c) em – ao – a
- d) a – ao – na
- e) em – do – na

9) Mantendo a correção e o sentido, assinale a alternativa que completa o trecho abaixo:

Os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados são sujeitos ao parcelamento, edificação e utilização compulsórios. A Prefeitura deverá, também, aplicar alíquotas progressivas de IPTU, ...

- a) caso os proprietários desses imóveis não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos na Lei 16.050/2014.
- b) visto que os proprietários desses imóveis não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos na Lei 16.050/2014.
- c) porque os proprietários desses imóveis não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos na Lei 16.050/2014.
- d) embora os proprietários desses imóveis não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos na Lei 16.050/2014.
- e) pois os proprietários desses imóveis não cumpram suas obrigações nos prazos estabelecidos na

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

Lei 16.050/2014.

10) Assinale a alternativa que preenche respectivamente as lacunas da frase abaixo, mantendo-se a coerência textual e a correção gramatical:

_____ não sejam sinônimos, controle e accountability, _____ ressaltam Pó e Abrucio (2006, p. 686), estão indissociavelmente ligados, com o primeiro inserido no segundo, _____ não há “efetivação da accountability sem a utilização de instrumentos institucionais de controle”.

(QUINTÃO, C.M.P.G.; CARNEIRO, R. A tomada de contas especial como instrumento de controle e responsabilização. Rev. Adm. Pública. Rio de Janeiro 49(2):473-491, mar./abr. 2015.)

- a) Uma vez que – conforme – como
- b) Embora – como – à medida que
- c) Dado que – pois – já que
- d) Ainda que – consoante – portanto
- e) Visto que – segundo – pois

CONHECIMENTOS EM LEGISLAÇÃO

Constituição Federal de 1988

11) O Art. 163 da Constituição Federal de 1988 estabelece que lei complementar irá dispor sobre:

- a) Descentralização administrativa.
- b) Finanças públicas.
- c) Parcerias público-privadas.
- d) Contratos de gestão.
- e) Pregão eletrônico.

12) Conforme o Art. 165 da Constituição Federal de 1988, leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- a) O Relatório de Gestão Fiscal.
- b) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
- c) O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- d) O Balanço Orçamentário.
- e) O sistema de custeio.

13) Assinale a alternativa correta. De acordo com o Artigo 70 da Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- a) Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder
- b) Conselho de gestão orçamentária.
- c) Assembleia Legislativa e Conselhos gestores.
- d) Câmara dos Vereadores e terceiro setor.
- e) Supremo Tribunal Federal.

14) Assinale a alternativa correta. Ao controle externo, a cargo do Congresso Nacional, que será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, compete:

- a) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

b) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

c) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

d) Prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

e) Todas as alternativas elencadas.

15) Assinale a alternativa correta. De acordo com o Artigo 73 da Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União será integrado por:

a) Sete Ministros

b) Nove Ministros

c) Três Ministros

d) Onze Ministros

e) Dois Ministros

16) Assinale a alternativa incorreta. De acordo com o Artigo 74 da Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a

finalidade de:

a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

c) Pronunciar e decidir sobre Intervenção Federal, Estado de Defesa e Estado de Sítio.

d) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

e) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

17) Assinale a alternativa incorreta. De acordo com o artigo 163 da Constituição Federal, Lei Complementar disporá sobre:

a) Finanças públicas.

b) Dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.

c) Concessão de garantias pelas entidades públicas.

d) Emendas Constitucionais e revogação de Cláusulas pétreas.

e) Fiscalização financeira da administração pública direta e indireta.

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

Lei 4.320/64

18) A Lei 4.320/64 é a lei que:

- a) Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da federação.
- b) Estabelece as diretrizes gerais da política urbana.
- c) Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- d) Regula o acesso a informação dos órgãos públicos.
- e) Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

19) Conforme a Lei 4.320/64 tem-se que:

- a) A Lei de Orçamento poderá consignar dotações globais para atender indiferentemente despesas de pessoal, material e serviços de terceiros.
- b) Algumas despesas específicas poderão não constar na Lei de Orçamento.
- c) Não há a necessidade de todas as receitas serem apresentadas na Lei de Orçamento.
- d) Nenhum quadro demonstrativo poderá acompanhar a Lei de Orçamento.
- e) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

Lei Complementar 101/00

20) A Lei Complementar Federal 101/00 é a lei que estabelece:

- a) Diretrizes gerais da política urbana.
- b) Regula o acesso a informação dos órgãos públicos.

c) Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da federação.

d) Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

e) Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

21) Estão obrigados a seguir as disposições da Lei Complementar Federal 101/00:

- a) Somente os órgãos do Poder Executivo.
- b) O Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. O Ministério Público e os Tribunais de Contas, dado sua independências funcional, estão isentos de seguirem os pressupostos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

d) As empresas estatais independentes.

e) Todas as fundações de direito privado.

22) Não está previsto no Art. 4º da Lei Complementar Federal 101/00, que essa Lei disporá sobre:

- a) Contratação de obras e serviços.
- b) O equilíbrio entre receitas e despesas.
- c) Critério e forma de limitação de empenho.
- d) Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

e) Condições e exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

23) Sobre a arrecadação da receita pública, em seu Art. 11, a Lei Complementar Federal 101/00 prevê

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

que:

a) Sempre que possível a renúncia fiscal deverá ser usada como instrumento de política econômica anticíclica.

b) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da federação.

c) A renúncia fiscal é uma decisão discricionária do chefe do Poder Executivo.

d) Cabe ao ente da federação criar novos impostos, mesmo que esses não estejam previstos pela Constituição.

e) A receita pública não foi uma preocupação da Lei de Responsabilidade Fiscal, já que para tratar da receita pública existe o Código Tributário Nacional.

24) Conforme o Art. 48 da Lei Complementar Federal 101/00:

a) Determinados relatórios de gestão fiscal deverão ser mantidos em sigilo.

b) Devido a atuação de hackers e a possibilidade de manipulação dos dados, os orçamentos devem ser divulgados apenas em material impresso, nunca em meios eletrônicos.

c) O Relatório Resumido de Execução Orçamentária não se constitui enquanto instrumento de gestão fiscal.

d) A transparência não se constitui enquanto princípio previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A única preocupação dessa Lei é com o equilíbrio financeiro e orçamentário.

e) Planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias devem ter ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

25) Tendo por referência a Lei Complementar Federal 101/00, não é considerado como um meio de assegurar a transparência:

a) O incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

b) Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso público.

c) Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade.

d) Linguagem estritamente técnica e jurídica dos dados orçamentários, devido a tamanha complexidade em torno do tema.

e) Disponibilização de informações, dados contábeis, orçamentários e fiscais por todos os entes da federação.

Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

26) Não se insere no rol das modalidades de licitação pública:

a) Pregão Eletrônico

b) Concorrência Pública

c) Leilão para Bens Móveis

d) Concurso Público

e) Tomada de Preços

27) Assinale a alternativa incorreta:

a) As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando, dentre outras condições, houver previsão de recursos orçamentários que assegurem

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

rem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

b) O Sistema de Registro de Preços é modalidade licitatória para processamento das compras na Administração Pública que tem validade máxima de um ano.

c) A especificação completa do bem a ser adquirido por processo de compra deve ser apresentada sem indicação de marca.

d) Autoriza-se a contratação direta quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta Lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços.

e) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

28) Segundo Lei Federal nº 10.520/02, fica autorizado, na licitação pregão:

a) A dispensa, por parte dos licitantes, da declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, caso não classificado para as fases de lances verbais e sucessivos.

b) A exclusão da comprovação de regularidade

com as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso.

c) A não apresentação dos documentos de habilitação sempre que constante estes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios e, de outro lado, for assegurado o direito de acesso aos dados nele constantes pelos demais licitantes.

d) O descredenciamento do licitante no sistema Sicaf ou em qualquer outro sistema de cadastramento de fornecedores, sempre que, quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou, ainda, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

e) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

29) Assinale a alternativa correta:

a) A habilitação ou inabilitação do licitante, julgamento das propostas, adjudicação do objeto ao vencedor e homologação do procedimento licitatório são atos da Administração do qual cabem recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata da licitação, e de 2 (dois) dias úteis em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de “carta convite”.

b) Qualquer licitante, contratado ou cidadão poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação da Lei Federal nº 8.666/93.

GESTÃO E CONTROLE EXTERNO DAS CONTAS PÚBLICAS

c) O projeto básico e/ou o projeto executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos, assim como o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários são anexos do Edital da Licitação.

d) É permitido o contrato com prazo de vigência indeterminado, salvo justificativa.

e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

30) Fica autorizado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual:

a) Nos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, além de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, além do limite de 50% (cinquenta por cento) se resultante de acordo celebrado entre os contratantes.

b) Nos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, além de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, nos acréscimos até o limite de 50% (cinquenta por cento), independentemente de acordo celebrado entre os contratantes.

c) Nas supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), se resultantes de acordo cele-

brado entre os contratantes.

d) Nos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), independentemente de acordo celebrado entre os contratantes.

e) Nos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, nos acréscimos até o limite de 50% (cinquenta por cento), independentemente de acordo celebrado entre os contratantes.

